



AUTORIZAÇÃO Nº 2795 /2013

I. Do Pedido

Marlene Areias e João Toste, Internos de Medicina Geral e Familiar do Centro de Saúde da Praia da Vitória, notificaram à CNPD um tratamento de dados pessoais com a finalidade de realização de um estudo observacional sobre os "Comportamento dos adolescentes relacionados com a saúde".

Com os resultados deste estudo pretende conhecer-se os comportamentos de saúde dos adolescentes do concelho de Praia de Vitória, para posterior desenvolvimento de ações educativas.

O estudo pretende incluir alunos do 6.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade, com idades compreendidas entre os onze e os quinze anos, de três escolas de Praia de Vitória.

A participação no estudo consistirá no preenchimento, em contexto escolar, de um questionário em papel pelos alunos sobre dados antropométricos, hábitos alimentares, atividade física, sedentarismo, imagem corporal, violência, relações de amizade e de grupo de pares, ambiente escolar, queixas de saúde, uso de álcool, tabaco e de outras drogas, comportamentos sexuais e crenças em relação ao VIH/SIDA.

Os professores solicitarão consentimento informado aos representantes legais dos participantes e aos próprios titulares, cuja declaração será conservada na escola.

Os dados são recolhidos de forma direta, junto dos titulares dos dados, mediante questionários anónimos de autopreenchimento.

Os destinatários serão ainda informados sobre a natureza facultativa da sua participação e será garantida confidencialidade no tratamento.



II. Da Análise

Pese embora os questionários a aplicar no presente estudo sejam anónimos, a análise emparelhada dos dados recolhidos permite identificar os seus titulares, pelo que estamos ante um tratamento de dados pessoais, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 3.º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro (Lei de Protecção de Dados – LPD).

Porque em grande parte referentes à saúde e à vida privada, os dados recolhidos pela requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados, ou dos seus legais representantes nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da LPD.

Por esta razão é necessário o «consentimento expresso do titular», entendendo-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

Nos termos do artigo 10.º da LPD, a declaração de consentimento tem de conter a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

Os titulares dos dados, de acordo com a declaração de consentimento informado junta aos autos, apõem as suas assinaturas na mesma, deste modo satisfazendo as exigências legais.

O fundamento de legitimidade é o consentimento dos titulares dos dados. Porque haverá recolha de dados de menores, terá de haver consentimento a prestar pelos legais representantes. Impõe-se, ainda, que os menores sejam ouvidos e em função da idade, nos termos da lei, eles próprios prestem a sua anuência à recolha de dados



personais para participação no estudo. O estudo deve ter em conta o superior interesse dos menores.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cfr. alínea b) do mesmo artigo).

III. Da Conclusão

Em face do exposto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º, da alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º e do n.º 1 do artigo 30.º da LPD, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Marlene Areias e João Toste

Finalidade: Estudo observacional sobre os "Comportamento dos adolescentes relacionados com a saúde"..

Categoria de Dados pessoais tratados: dados demográficos (género, idade e ano de escolaridade), dados antropométricos (peso e altura), hábitos alimentares, atividade física, sedentarismo, imagem corporal, violência, relações de amizade e de grupo de pares, ambiente escolar, queixas de saúde, uso de álcool, tabaco e de outras drogas, comportamentos sexuais e crenças em relação ao VIH/SIDA.

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há.

Formas de exercício do direito de acesso e retificação: Não aplicável.

Interconexões de tratamentos: Não há.

Transferências de dados para países terceiros: Não há.

Prazo de conservação dos dados: Os dados pessoais devem ser destruídos um mês após o fim do estudo.

Lisboa, 09 de abril de 2013

Ana Roque, Helena Delgado António, Carlos Campos Lobo (Relator), Luís Barroso, Luís Paiva de Andrade, Vasco Almeida

Filipa Calvão (Presidente)